

# SUBJETIVAÇÃO E CONTRADIÇÃO NA/PELA LÍNGUA<sup>1</sup>

Daiane Siveris<sup>2</sup>

**Abstract:** In this study, we aim at presenting some reflections concerning the *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (Portuguese Language Contemporary Dictionary), by Caldas Aulete, published over one hundred years, and to do this we consider the Brazilian and Portuguese versions. The prefaces analysis of the different editions enabled the understanding of the way the dictionary is constituted, that is, the understanding of the subjectivation processes in/by the language, by both focusing on the unity or on the Portuguese language linguistic diversity. In the Brazilian edition prefaces, the topic of language unity is highlighted, reinforcing the phonetic issue, the prosody and the lexicon unity. In the Portuguese edition prefaces, the way of subjectivising the lexicon focus on the unity, attempting at asserting itself as being one and only Portuguese Language.

**Keywords:** Portuguese Language, prefaces, contradiction.

**Resumo:** Neste trabalho, buscamos apresentar algumas reflexões acerca do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, publicado durante mais de cem anos, considerando as edições brasileiras e portuguesas. A análise dos prefácios das diferentes edições possibilitou a compreensão do modo de constituição do dicionário, ou seja, dos processos de subjetivação na/pela língua, ora primando pela unidade, ora pela diversidade linguística da Língua Portuguesa. Nos prefácios das edições brasileiras, a questão da unidade da língua é colocada em destaque, reforçando a questão da fonética, da prosódia e da unidade do léxico. Nos prefácios das edições portuguesas, as formas de subjetivar o léxico primam pela unidade, na tentativa de afirmar-se como sendo uma e uma a Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa, prefácios, contradição.

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina *Tópicos em Análise de Discurso: o funcionamento da noção de formação discursiva em diferentes concepções*, ministrada pela professora Dr. Ana Zandwais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e integrou a dissertação de mestrado, defendida em 2012, na Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2011.

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho, temos por objetivo apresentar algumas reflexões advindas do objeto de estudo de nossa Dissertação de mestrado, qual seja, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (DCA)*. Estabelecemos um recorte de análise em nosso corpus a partir da investigação de diferentes edições do *DCA*, de Francisco Júlio Caldas Aulete. Destacamos que as reflexões apresentadas neste artigo integram a Dissertação, intitulada *Língua, sujeito e história: implicações da noção de função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete*. Nosso ponto de ancoragem dá-se no aparato teórico-metodológico da perspectiva discursiva, de linha pecheuxtiana, em articulação com a História das Ideias Linguísticas, tal como ambas vêm sendo desenvolvidas no Brasil.

Este trabalho está dividido em três seções. Na primeira, intitulada *Condições de produção do DCA*, visamos a explicitar quais as condições sócio-históricas que permeiam a produção, bem como a circulação, do dicionário de Caldas Aulete nos âmbitos brasileiro e português. Na segunda seção, *Dos pressupostos teóricos*, buscamos apresentar algumas considerações teóricas sobre língua, sujeito e história, bem como sobre interdiscurso e intradiscurso, conceitos esses que nortearão as análises que serão apresentadas na seção três, intitulada *Recortes discursivos: os prefácios de Caldas Aulete*.

### 1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO *DCA*

O instrumento linguístico tomado para análise é publicado até hoje<sup>3</sup> como sendo de autoria de Caldas Aulete, embora este tenha falecido em 1878. A primeira edição do *DCA* data de 1881 e foi publicada pela livraria editora Parceria António Maria Pereira, de Lisboa. A essa edição seguem-se mais duas, a de 1925 e a de 1948, também publicadas em Portugal, pela mesma editora.

---

<sup>3</sup> Esse dicionário ganhou também uma versão mini, em 2004; uma versão ilustrada, em 2005; e uma versão digital, em 2006.

A primeira edição portuguesa é publicada em um volume e apresenta dois textos introdutórios, um de apresentação do dicionário e outro intitulado “Plano”, no qual podem ser observados os objetivos da elaboração dessa edição. No Brasil, esse dicionário é editado pela primeira vez em 1958 e essa edição é seguida por mais quatro – 1964, 1974, 1980 e 1986 – ambas publicadas pela editora Delta, do Rio de Janeiro.

Ao analisar o prefácio da primeira edição brasileira e da primeira edição portuguesa, pudemos entender que, no Brasil, a atualização do *DCA* está ancorada em duas causas da gramatização oriundas do trabalho de Aurox (1992). A primeira se refere à aprendizagem de uma língua estrangeira, ou seja, quando a passagem de uma língua a outra está relacionada a interesses práticos. Esses interesses podem se referir “i. ao acesso a uma língua de administração; ii. ao acesso a um *corpus* de textos sagrados; iii. ao acesso a uma língua de cultura; iv. a relações comerciais e políticas; v. a viagens; vi. à implantação/exportação de uma doutrina religiosa; vii. à colonização” (Ibid. 47). A segunda causa, apontada pelo referido autor, diz respeito à política de uma língua, cujos interesses se centram na organização e regulação de uma língua literária ou no desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

Na primeira causa da gramatização, referente à aprendizagem de uma língua vinculada a interesses práticos, o *DCA* configura-se como um método de colonização, pois busca descrever e instrumentar uma Língua Portuguesa tomando os moldes da língua de Portugal, que visa a incluir brasileirismos e imagens que remetem ao Brasil para que sentidos sejam atualizados. O dicionário é português, mas a atualização dos sentidos no dicionário é feita por meio da inclusão de algumas palavras estritamente em circulação no Brasil e dos sentidos especificamente brasileiros que a essas palavras são atribuídos. Referente à segunda causa da gramatização, a publicação/atualização do *DCA* também se constitui como política de línguas, pois acreditamos que os interesses da circulação desse instrumento linguístico estejam centrados na organização e na regulação da Língua Portuguesa no/do Brasil, tendo como pressuposto a possibilidade de expandir uma língua a diferentes territórios a partir de teorias que os instrumentos linguísticos veiculam e que, nesse caso, estão mais direcionadas aos interesses portugueses que aos dos brasileiros.

No século XIX, sobretudo nas últimas décadas, quando foi publicada a primeira edição do *DCA* em Portugal, estava sendo amplamente discutida a questão da língua nacional brasileira. Nesse período, as polêmicas giravam em torno dos diferentes sentidos para essa língua nacional. Essas discussões e polêmicas advêm de questões voltadas à implantação das primeiras universidades brasileiras, bem como das publicações que estavam sendo realizadas de gramáticas e de dicionários no/do Brasil. Conforme Dias (2009), a implantação das primeiras universidades no Brasil deu-se mais de um século após a Independência do Brasil, em 1822, e décadas após a implantação da República Brasileira, em 1889. Entre o final do século XIX e o início do século XX, os Colégios representavam lugares de formação e de elaboração de programas que configuram formas de cidadania e, no que diz respeito à língua, apresentando-se como lugares de conhecimento legítimo, da garantia da unidade lingüística (nacional) e de domínio da ‘boa língua’, da ‘boa retórica’, da ‘boa escrita’ (ORLANDI, 2002:179).

Além disso, a autora destaca que os Colégios são lugares de formação dos representantes brasileiros na política, no direito, nas humanidades e nas ciências em geral (cf. Ibid.). Dias (2009) afirma que a publicação das primeiras gramáticas, e acrescentaríamos também dos primeiros dicionários, torna possível a emancipação da produção do conhecimento lingüístico brasileiro. Nesse movimento, a autoridade de dizer como é esta língua é deslocada para os gramáticos e para os lexicógrafos brasileiros. Orlandi (2007) explicita que “o processo de gramatização brasileira do português constitui assim um saber sobre a língua e suas especificidades e processa a historicização da língua no território nacional” ( 55). Há aí a emancipação lingüística no/do território brasileiro.

Segundo Pfeiffer (2001:169), inicialmente, observamos “o funcionamento de uma unidade lingüística referencial dada pela Língua Portuguesa de Portugal, fruto de seu estatuto de unidade já legitimada”. Entretanto, no decorrer do século XX, a unidade lingüística referencial portuguesa cede cada vez mais espaço à diversidade lingüística no/do Brasil. Assim, neste trabalho, analisaremos o funcionamento da unidade e da diversidade lingüística na primeira edição brasileira e na primeira edição portuguesa do *DCA*, observando como se dá a constituição do dicionário a partir do processo de contradição na/pela língua.

## 2. DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

### 2.1 Língua, sujeito e história: condições para a subjetivação

Na Análise de Discurso, ao trabalharmos com as noções de língua, de sujeito e de história, é preciso levar em conta que a constituição dessa disciplina, denominada por Orlandi (2002a) de entremeio, estabelece-se a partir dos seguintes campos disciplinares: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Entende-se que a contribuição do Materialismo Histórico esteja na teoria das formações sociais e de suas transformações, a influência da Psicanálise volta-se para o sujeito, e a interferência da Linguística está na noção de língua (PÊCHEUX e FUCHS, [1975] 1997<sup>4</sup>). Por outro lado, ao apresentar algumas considerações sobre a noção de língua, de sujeito e de história, buscaremos explicitar de que modo a Análise de Discurso constitui-se enquanto tal na relação com os campos teóricos mencionados e como ela apropria-se das noções próprias ao Materialismo Histórico, à Psicanálise e à Linguística.

Michel Pêcheux, ao dialogar e ao interrogar os campos disciplinares que constituem a Análise de Discurso, o faz, em relação à linguística especificamente, a partir de um ponto: o conceito de língua. Para o autor ([1975] 2009), a língua “se apresenta como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados” ( 81), ou seja, ela é tomada como o elemento indispensável para que o processo discursivo<sup>5</sup> se realize. Ela constitui as práticas discursivas do sujeito na sociedade. É por meio dela que o sujeito se significa e significa suas práticas. Essa língua – esse sistema linguístico constituído por estruturas sintáticas, fonológicas e morfológicas – está submetida a leis internas. E é sobre essas leis internas que se configuram os processos discursivos.

---

<sup>4</sup> No desenvolvimento do presente estudo, buscamos explicitar o ano da primeira edição entre colchetes e, logo na sequência, o ano da obra que consultamos.

<sup>5</sup> Para Pêcheux ([1975] 2009), processo discursivo designa “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” ( 148).

Para o autor supracitado, “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Ibid. 82). Ao inscreverem-se nessa relação, os processos discursivos mantêm entre si contradições, pois são “la fuente de producción de los efectos de sentido” (PÊCHEUX, 1975, 243)<sup>6</sup>, e a língua, por sua vez, “constituye el *lugar material* donde se realizan estos efectos de sentido” (Ibid.243). Quando a produção de sentidos é afetada pela contradição, dizemos que isto se deve ao fato de o mesmo discurso poder inscrever-se em formações discursivas diferentes e, assim, também estar sujeito a interpretações que advêm de classes sociais antagônicas. E, segundo o autor, o lugar onde isso se torna possível é a materialidade da língua.

Na Análise de Discurso, o sistema da língua não é fechado, abstrato, mas suscetível a rupturas, ao jogo, ao sentido outro, às contradições. Nessa linha teórica, não se trabalha com uma concepção de língua autônoma, fechada, completa, como fato social, que não pode ser classificada, descrita e analisada. Ao contrário, segundo Pêcheux ([1975] 2009) (e a teoria do discurso) a língua é tomada em sua unidade, em sua ordem própria, a diferença dessa concepção em relação àquela está em que, na Análise de Discurso, a língua é afetada pela incompletude, é passível de falhas; portanto, não se constitui em uma unidade fechada, não é passível de completude. Há um impossível próprio à língua. Esse impossível seria o *real da língua*, que “não é suturado, ele é percorrido de falhas – que se fazem notar do lugar mesmo da ciência.” (MILNER ([1978] 1987<sup>7</sup>, 8).

Conforme Orlandi (2009:12), “o lugar da falha e a incompletude não são defeitos, são antes a qualidade da língua em sua materialidade: falha e incompletude são o lugar do possível”. A língua é o lugar material, a materialidade do discurso, a base na qual se realizam os processos discursivos, onde emergem tanto os sentidos quanto os sujeitos nas suas relações com a historicidade. Sendo assim, temos, na linha teórica a qual nos filiamos, a relação língua-discurso, a língua em funcionamento, constitutiva das práticas discursivas dos sujeitos.

---

<sup>6</sup> Neste trabalho, trabalhamos com versões do texto de Michel Pêcheux nas Línguas Portuguesa e Espanhola.

<sup>7</sup> A obra é publicada originalmente em francês sob o título *L'Amour de la Langue*, no ano de 1978.

Em relação ao Materialismo Histórico, o questionamento paira sobre a teoria das formações sociais e suas transformações. Entende-se aí que a noção de história é fundamental. Acreditamos que se trata de compreender que a cada momento histórico e a partir de novas condições de produção a história requer sentidos, sejam os que estão sempre já-lá, sejam outros, novos, diferentes, os quais (re)clamam por interpretações. Orlandi ([1996] 2007a) apresenta as noções de história e de historicidade como determinantes uma da outra. Embora a autora as distinga, afirma que, se podemos falar de temporalidade histórica, isto é, de história, essa relação é de uma “temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele” (Ibid.55). A autora acrescenta que pode haver, no entanto, uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do texto, mas, se isso ocorre, não é uma relação que se dá de forma direta, não é automática, nem de causa e efeito e nem se dá termo a termo (Ibid.). Se há uma exterioridade constitutiva do discurso, é devido à inscrição da “história na língua que esta significa” (Ibid. 70).

A história, tal como a entendemos, não é evolutiva e cronológica, nem se caracteriza pela descrição de fatos. Ela é resultado de práticas sociais dos sujeitos na relação com a exterioridade. De acordo com Vargas (2008), “o dizer tem uma história constitutiva que não é nem evolutiva, nem natural, mas resultado da práxis dos sujeitos, de suas lutas que intervêm no real, produzindo historicidade” ( 14). Por uma analogia com a noção de *real da língua*, que está sujeito a falhas, entendemos que o *real da história* estaria sujeito a rupturas. Busca-se compreender o “real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído” (GADET e PÊCHEUX, [1981] 2010:52). O que está sujeito a rupturas também significa, mesmo que de modo diferente; o impossível também é constitutivo, seja ele da ordem do dizível, seja ele da ordem do não dizível, do silenciamento; é nisso que reside para nós pensar o real da história como uma contradição.

Além disso, Nunes (2007) afirma que a história passa a ser “constitutiva da produção de sentidos” ( 373), isto é, ela deixa de ser exterior ao acontecimento e passa a fazer parte dele, constituindo os sentidos. Então, ao realizarmos o deslocamento da noção de história para a de historicidade, na Análise de Discurso em articulação com a História

das Ideias Linguísticas, “o sufixo –idade nos parece funcionar aí como um indício desse modo de conceber a história na análise de discurso, juntamente com as noções de processo de constituição do sentido e de gesto de interpretação” (Ibid.374). Esse deslocamento da noção de história para a de historicidade dá-se porque os fatores extralinguísticos não se restringem à cronologia e ao contexto em que determinada obra é produzida e/ou publicada. A noção de historicidade nos é muito cara, porque ela determina os sentidos que podem emergir dos gestos de interpretação e aponta para as condições de produção constitutivas dos discursos.

A influência da Psicanálise, por sua vez, está no modo como Michel Pêcheux pensa o processo de interpelação do indivíduo em sujeito, por meio dos esquecimentos número um e número dois. Nos estudos discursivos, ao buscar analisar o discurso dicionarístico em instrumentos linguísticos de Língua Portuguesa, mais especificamente os prefácios, pensamos que este seja o lugar onde sujeitos marcam sua posição em determinadas formações discursivas. Segundo Henry ([1969] 1997:30), “é enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção”, ou seja, é por ser, ao mesmo tempo, livre e submisso que o sujeito assume determinada posição, de acordo com a ideologia dominante – inconsciente e constitutiva das suas práticas discursivas – a qual determina os sentidos na relação com a ideologia dominada.

Esse sujeito, conforme Pêcheux ([1975] 2009:161), “seleciona no interior da formação discursiva que o domina (...) um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva” e isso pode ser observado na constituição do dicionário por um sujeito que toma a posição de lexicógrafo. Isso nos remete ao esquecimento número dois, proposto por esse autor, ou seja, de que o sujeito tem a ilusão da literalidade do sentido. Dito de outro modo, o sujeito acredita que o sentido somente pode ser aquele e não outro.

O autor ainda afirma em outra obra (1975) que esse esquecimento caracteriza-se pelo fato de o sujeito redizer seu discurso, formulando e reformulando-o de modo a poder chegar mais perto do sentido que ele deseja que o seu interlocutor atribua ao que ele está dizendo. Por isso, o autor afirma que esse é um funcionamento do tipo



“preconsciente/consciente” (Ibid. 251). Além de ter essa ilusão, a de controlar o sentido, o sujeito “não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (Id., [1975] 2009:161), pois ele também tem a ilusão de que é a fonte de seu dizer, o que caracteriza o esquecimento número um. Conforme afirma Pêcheux (1975), na medida em que no esquecimento número dois dá-se o funcionamento do discurso de forma pré-consciente/consciente, no esquecimento número um esse funcionamento ocorre de forma inconsciente, pois o sujeito não tem acesso a essa zona discursiva. É por esse motivo, afirma o autor, que o esquecimento número um é constitutivo da subjetividade na linguagem. Entretanto, Michel Pêcheux propõe uma teoria não subjetiva da linguagem. Isso quer dizer que o sujeito não é a origem e a fonte de seu dizer, não há uma oposição entre objetividade e subjetividade; destaca-se nessa teoria o deslocamento da centralidade do sujeito na produção de sentidos, isto é, a questão de que os sentidos produzem-se a partir dos esquecimentos número um e número dois.

A partir dos esquecimentos e da tomada de posição do sujeito produtor do dicionário, atravessado pela ideologia (PÊCHEUX, [1975] 2009), podemos pensar que a noção de sujeito é fundamental para que se pense o processo de enunciação, ou seja, a condição do enunciável no modo de produção do dicionário e considerando, sobretudo, que o enunciável, ao não estar desvinculado dos processos de transformação social, também reconfigura-se nas formas de mudança do dicionário.

A partir das considerações realizadas sobre as noções de língua, de sujeito e de história, é possível compreender como ocorre o processo de subjetivação. Em nosso entendimento, o sujeito, na medida em que discursiviza, ou melhor, lineariza seu dizer, inscrito em determinada formação discursiva, é afetado pela historicidade que o constitui e que constitui também seu dizer. A língua, nesse sentido, funciona como o lugar em que se materializa esse dizer, o lugar em que o discurso está sujeito a interpretações. Cada sujeito, ao realizar sua leitura, interpreta de um modo, pois vários são os sentidos possíveis, mas não qualquer um. Língua, sujeito e história são três noções indissociáveis quando se trata do campo disciplinar da Análise de Discurso e, articuladas, determinam o processo de

produção de sentidos e possibilitam a subjetivação do sujeito na/pela língua – vale dizer também – a constituição do sujeito na/pela língua, afetado pela história.

## **2.2 O papel do Interdiscurso e do Intradiscurso**

A partir da relação entre língua, sujeito e história que buscamos explicitar na seção anterior, pode-se afirmar que a historicidade é compreendida como a possibilidade de produção de sentidos devido à relação que ela estabelece com a linguagem, ou seja, retomando as palavras de Orlandi ([1996] 2007a), é a *inscrição da história na língua* que nos possibilita afirmar que a historicidade seja constitutiva do sentido. Desse modo, instaura-se um possível efeito de encadeamento e de articulação entre os sentidos. Esse efeito de encadeamento remete-nos ao que Pêcheux ([1975] 2009) denomina interdiscurso e intradiscurso.

Para o autor, o interdiscurso caracteriza-se pela “objetividade material, a qual reside no fato de que ‘algo fala’ sempre antes em outro lugar e independentemente” (Ibid.149). O interdiscurso é considerado o lugar do já dito, o lugar em que estão depositados todos os sentidos, os quais serão mobilizados conforme a formação discursiva em que o sujeito está inscrito ao formular (dizer) seu discurso e dependendo da historicidade que o constitui. O interdiscurso é a memória, o saber discursivo, a memória do dizer sobre a qual não temos controle (ORLANDI, [2001] 2005). Ele configura-se como um já-dito sobre o qual se constroem os sentidos de nossos discursos. Nele estão todos os discursos já feitos e esquecidos, ele é o eixo da constituição dos sentidos. A noção de intradiscurso é tomada por Pêcheux ([1975] 2009) como sendo o eixo do “funcionamento do discurso com relação a si mesmo” ( 153), isto é, o fio do discurso. Entende-se que este seja o eixo da formulação do discurso, é o momento em que se tem o dizer exteriorizado, linearizado pelo sujeito.

Courtine (2009), ao trazer à baila a noção de interdiscurso, afirma que este deve ser pensado como um “processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD (formação discursiva) é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesmo” ( 100). A partir das considerações do autor, entende-se que o

interdiscurso é o lugar da formação, da reformulação, da transformação e também da repetição, logo, da constituição, de elementos que compõem o discurso (o dizer) dos sujeitos em diferentes formações discursivas. Para esse autor, o interdiscurso é a “dimensão vertical, a estratificação e o desnivelamento” (cf. Ibid.) das formulações. Referente ao intradiscurso, Courtine (2009) aponta que é o “lugar onde se realiza a *sequencialização dos elementos do saber*, onde o desnivelamento interdiscursivo dos [E]<sup>8</sup> está linearizado, colocado em uma superfície única de [e] articuladas” ( 101). Sobre essa noção, entende-se que ela se constitui como o eixo da formulação em que se tem, conforme destaca o autor, uma *horizontalização*. O discurso (o dizer) é exteriorizado pelo sujeito, é o ato de proferir o dizer, é a instância da enunciação.

Sobre essas noções, Orlandi ([1999] 2005a), embasada nas noções de Pêcheux e Courtine, afirma que todo discurso constitui-se na relação entre os dois eixos, o da constituição, que é o eixo do interdiscurso, e o da formulação, o eixo do intradiscurso. O eixo da formulação, o horizontal, está determinado pelo vertical. O sujeito somente produz sentido em seu discurso se aquilo que ele enuncia em um momento dado, em condições dadas, está já lá na rede de sentidos constituídos. Assim, conforme a autora, “só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)” (Ibid. 33). Entende-se, então, que os discursos estão relacionados entre si pelos dois eixos – o da memória e o da atualidade, o do interdiscurso e o do intradiscurso, respectivamente.

Observamos que é isso que Courtine (2009) traz ao estabelecer a relação entre esses dois eixos, ou seja, de que há uma “memória que irrompe na atualidade do acontecimento” ( 103). Uma memória que é repetição, reformulação e transformação. O autor ainda ressalta que os enunciados (da ordem do interdiscurso) existem no longo tempo de uma memória, ao passo que as formulações (da ordem do intradiscurso) existem no tempo curto da atualidade de uma enunciação. A partir da leitura realizada de Courtine (2009), entendemos que a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso produz um efeito discursivo a partir do qual uma *formulação-origem* retorna na atualidade de uma *conjuntura discursiva* que é designada como efeito de memória.

---

<sup>8</sup> Conforme o autor, [E] corresponde a enunciados e [e] às formulações.

Nunes (2006) entende que o interdiscurso seja o “horizonte de tudo o que já foi dito antes, independentemente de um enunciado. Trata-se do fato de que nenhum discurso é uma origem absoluta, sempre há um já-dito que precede o dizer.” ( 24). Quando nos referimos ao estudo sobre dicionários, entendemos que estes são constituídos a partir de uma memória discursiva em que estão depositados os diferentes sentidos e discursos, isto é, uma memória que é mobilizada no sentido de trazer à tona diferentes discursos que são selecionados, recortados, retomados e até transformados. Essa memória não é a memória psicológica, tomada como uma “esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria homogêneo” (PÊCHEUX, [1984] 2010:56), mas um “espaço móvel de divisões, de disjunções de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Ibid.).

A partir dessas considerações sobre as noções de interdiscurso e de intradiscurso, consideramos importante abordar outra noção que está relacionada a essas duas – a de formação discursiva. Essa noção vincula-se, especificamente, à de interdiscurso, pois é entendida como um conjunto de discursos específicos que têm certa regularidade. Esses discursos são agrupados em diferentes formações discursivas, as quais se inscrevem no interdiscurso.

Para tratarmos da noção de formação discursiva, buscamos em Foucault ([1969] 2000) nosso primeiro ponto de ancoragem, pois a definição que esse autor apresenta é a base para o que Pêcheux ([1975] 2009) formula sobre essa noção. Foucault ([1969] 2000) afirma que há formação discursiva toda vez que “se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade” (Ibid.43). Para o autor mencionado, há necessidade de descrever o jogo entre as diferentes noções e as suas formas de unidade e de dispersão para poder pensar tanto na formação discursiva como uma unidade heterogênea quanto nas relações entre as diferentes formações discursivas. Nota-se que o autor fala de regularidades. É isso, para nós, que determina o agrupamento de diferentes discursos sob uma formação discursiva.

Segundo Pêcheux ([1975] 2009), todo sujeito ao enunciar (dizer) não pode encontrar-se fora de uma formação discursiva, que é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” ( 147), pois é ela, a formação discursiva, que determina o discurso do sujeito, o que pode ser dito, o que é interdito e o que deve ser silenciado.

Ao encontro dessa definição de formação discursiva temos a noção de formação ideológica. Pêcheux (1977<sup>9</sup>), ao falar de ideologia, aponta para duas teses que seriam divididas em sua unidade. Na primeira, o autor afirma que, no modo de produção regido pela luta de classes, a ideologia da classe dominante domina as classes antagônicas; e, na segunda, que a luta de classes impulsiona a história e produz a história da luta ideológica das classes (cf. Ibid.). O autor explicita essas teses partindo do exemplo das relações de produção capitalistas, isto é, quando a burguesia e o proletariado constituem-se no modo de produção capitalista. Contudo, a dominação sobre o proletariado constitui-se do exterior – advém da burguesia – mas também é uma dominação interna, pois o proletariado busca organizar-se sobre sua própria base. O que se tem com a ideologia é a contradição de duas classes antagônicas em uma só (Ibid.).

O ponto de contato entre formação ideológica e formação discursiva se daria a partir da necessidade de analisar a instância ideológica “sob a forma de formações ideológicas que possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe” (PÊCHEUX, [1975] 2009:132). Segundo Pêcheux (1977), ao analisar as formações ideológicas, levando em conta que elas têm um caráter regional, do ponto de vista regional, observa-se que elas se referem às mesmas coisas, mas de modo diferente, pois elas são práticas de luta de classes; ao serem analisadas como constituídas por posições de classe, elas referem-se às mesmas coisas sob modalidades contraditórias ligadas a classes antagônicas (cf. Ibid.). Essas modalidades contraditórias, por meio das quais são designadas as coisas, é o que constitui as formações discursivas.

---

<sup>9</sup> Este é o ano da edição original, em francês – PÊCHEUX, M. Remontons de Foucault à Spinoza. In: L’inquietude du discours. Textes choisis par D. Maldidier. Paris: Cendres, 1977. O texto ao qual tivemos acesso é a tradução feita por Maria do Rosário Gregolin.

A partir das modalidades contraditórias que determinam e são determinadas pelas relações antagônicas, entendemos que as formações discursivas são regionalizações do interdiscurso (ORLANDI, [1999] 2005a); elas são constituídas pela contradição, “são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas” (Ibid., 44). Os dizeres presentes e determinados pelo já dito vão se (re)configurando em suas diferentes relações. Podemos acrescentar que os dizeres, inscritos em dadas formações discursivas, são determinados na relação com as formações imaginárias e com as condições de produção.

Pêcheux ([1975] 2009), ao trabalhar a noção de formação discursiva, afirma que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso realiza-se pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. Desse modo, exposto isso, o autor apresenta três modalidades possíveis para o desdobramento entre sujeito da enunciação e sujeito universal. A primeira modalidade, segundo o autor, consiste em uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. Essa superposição remete ao discurso do *bom sujeito*, ou seja, o “interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica” (Ibid.199). A modalidade do *bom sujeito* caracteriza-se pela identificação plena com os saberes da formação discursiva em que o sujeito inscreve-se. Não há, nesse caso, possibilidade da falha, do equívoco, da contradição. A segunda modalidade, proposta por Pêcheux ([1975] 2009), caracteriza-se pelo discurso do *mau sujeito*; o sujeito da enunciação opõe-se ao sujeito universal e questiona os saberes da formação discursiva que lhe são determinados pelo interdiscurso. Dessa forma, há contra-identificação, e a interpelação do sujeito ocorre pela falha e pela contradição, manifestada pela tomada de posição do sujeito. É nessa modalidade que se inscreve o sujeito produtor do dicionário nas edições brasileiras. A partir da publicação do *DCA* no Brasil, é necessária a inclusão de verbetes brasileiros em detrimento dos portugueses, é preciso atualizar sentidos porque o espaço de circulação desse instrumento linguístico passa a ser outro, o do Brasil. A terceira modalidade, subjetiva e discursiva, conforme Pêcheux (Ibid.), caracteriza-se pela desidentificação, ou seja, uma tomada de posição não subjetiva. Segundo o autor mencionado, na terceira modalidade, há transformação e deslocamento da forma-sujeito, pois, além de questionar os saberes de dada formação discursiva, o sujeito dessa terceira modalidade rompe com esses saberes e funda uma nova formação discursiva, com saberes

adversos àquela com a qual rompeu. Há aí um *desarranjo-rearranjo das formações ideológicas e das formações discursivas*, conforme Pêcheux ([1975] 2009), ou seja, rompe-se – *desarranja-se* – com saberes de uma dada formação discursiva e constituem-se – *rearranja-se* – saberes em outra, diversa e adversa.

A partir dessas diferentes modalidades de desdobramento da forma-sujeito, observa-se que o espaço para a contradição existe. E existe em uma mesma formação discursiva. Desse modo, a questão norteadora desse trabalho centra-se na noção de contradição. Para tanto, em busca de contribuições para essa questão, na próxima seção, explicitaremos as análises na tentativa de apresentar as diferentes posições-sujeito que acreditamos estar presentes e funcionando no discurso, ou melhor, na formação discursiva, logo a presença da contradição. Entendemos que, se podemos falar de contradição neste trabalho, isso se deve às condições de produção do dicionário, pois são elas que determinam o trabalho lexicográfico em busca da unidade e/ou da diversidade da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil, respectivamente.

### **3. RECORTES DISCURSIVOS: OS PREFÁCIOS DE CALDAS AULETE**

Ao desenvolvermos o trabalho na linha teórica a qual nos filiamos, torna-se mister delimitar um objeto de análise. No nosso caso, o objeto é o dicionário. Depois disso, é necessário delimitar um arquivo, no presente trabalho, os prefácios das diferentes edições do *DCA*<sup>10</sup>. Além disso, a necessidade de explicitar e de delimitar o corpus discursivo a ser analisado, bem como as sequências discursivas, também se instaura.

Conforme Courtine (2009), entende-se por corpus discursivo um “conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado das condições de produção do discurso” ( 114). Além disso, essas sequências discursivas são já o resultado do gesto de análise; o “corpus discursivo se constrói, na verdade, em resposta aos objetivos da pesquisa, fazendo emergir algumas sequências discursivas em detrimento de outras, que constituem o espaço discursivo considerado”

---

<sup>10</sup> Destacamos que a delimitação do objeto e do corpus não necessariamente precisa obedecer a essa ordem.

(PETRI, 2004: 67). Sendo assim, partindo do que explicita a autora, entendemos que nosso corpus discursivo seria constituído por sequências discursivas das quais seja possível depreender sentidos capazes de revelar posições-sujeito contraditórias, pensando aí nas noções de unidade e de diversidade da língua, que se encontram nos prefácios. No presente texto, não abordaremos a noção de sequência discursiva, mas a de recorte discursivo. Conforme Courtine (2009), “toda sequência discursiva deve ser apreendida enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD” ( 84). Entendemos que, quando utilizamos a noção de sequência discursiva, estamos remetendo o discurso a diferentes formações discursivas. Por isso, optamos pela noção de recorte discursivo, pois acreditamos que a partir dele seja possível analisar enunciados/discursos que estejam inscritos em uma mesma formação discursiva. Sobre a noção de recorte discursivo destacamos o que apresenta Orlandi (1984). Para a autora, “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (Ibid.14). A autora dá prosseguimento as suas explanações afirmando que “o recorte é naco, pedaço, fragmento. Não é segmento mensurável em sua linearidade” (Ibid.16). Sendo assim, podemos estabelecer alguns recortes de acordo com nosso objetivo de análise e não necessariamente temos que seguir uma ordem cronológica e linear. Nossos recortes serão delimitados na medida em que buscamos responder a questão norteadora deste trabalho.

Para entendermos a noção de contradição na Análise de Discurso, explicitemos algumas considerações a respeito da unidade e da diversidade da Língua Portuguesa. No século XIX, sobretudo nas últimas décadas, quando foi publicada a primeira edição do *DCA*, estava sendo amplamente discutida a questão da língua nacional brasileira. Nesse período, as polêmicas giravam em torno dos diferentes sentidos para essa língua nacional e, conforme Pfeiffer (2001:169), observamos “o funcionamento de uma unidade lingüística referencial dada pela Língua Portuguesa de Portugal, fruto de seu estatuto de unidade já legitimada”.

O funcionamento dessa unidade linguística pode ser observado na primeira edição do *DCA*:



*RD1: formulámos a tabella dos sons da lingua portugueza (...) e sujeitámol-a á discussão dos professores de linguistica mais distintos e homens de letras, tidos por mais bem falantes, **não só portuguezes mas brasileiros.***<sup>1112</sup>

*RD2: coadjuvação valiosíssima e honrada que ele [o dicionário] recebeu dos homens mais eminentes **portuguezes e brasileiros.***

Ao submeter a tabela de sons também aos brasileiros para ser discutida e ao agradecer a colaboração de sujeitos portugueses e brasileiros que contribuíram com a produção do dicionário, observamos que a Língua Portuguesa do Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal configuram-se como sendo a mesma, pois incluem um repertório lexical dos dois territórios em um mesmo espaço, em um mesmo lugar, isto é, no dicionário de Língua Portuguesa, embora o Brasil já não seja mais colônia de Portugal naquela época.

Outro excerto que apresenta essa tentativa de dar unidade à língua encontra-se a seguir.

*RD 3: nosso intuito foi coordenar um dicionário portátil para a maioria das pessoas que falam a **lingua portugueza**; um vocabulário que **represente a lingua portugueza como ella é hodiernamente.***

A partir disso, nota-se que o dicionário é elaborado por sujeitos que falam a Língua Portuguesa, seja ela o português de Portugal ou o português do Brasil. Cabe destacar também que o dicionário é designado como *portátil*. Para tentar entender o sentido do vocábulo *portátil*, buscamos a definição no próprio *DCA*. Segundo o autor, portátil é “o que se pode transportar com facilidade: um volume portátil; que pelo seu pequeno volume e

---

<sup>11</sup> Os recortes discursivos RD1, RD2 e RD3 foram extraídos da primeira edição portuguesa, que data de 1881. Os demais recortes, RD4, RD5, RD6, RD7 e RD8 foram obtidos da primeira edição brasileira, de 1958. Acrescentamos, ainda, que todos os recortes são encontrados nos prefácios das edições citadas. Ao nos referirmos a prefácio, estamos entendendo todos os textos que antecedem os verbetes, sejam eles designados, como plano, prefácio, nota de autores, nota de editores, etc.

<sup>12</sup> Destacamos que os termos que aparecerem em negrito nos RDs são todos grifos nossos.

pequeno peso é susceptível de facilmente se transportar ou guardar: um livro portátil” (AULETE, 1948). Para tentar entender o sentido do termo *portátil* hoje, buscamos em Houaiss (2009) a definição. De acordo com esse autor, *portátil* é o “que não é fixo a determinado lugar; pequeno e fácil de transportar; que se pode desmontar e transportar”. Tendo em vista essas definições, como pode ser portátil um dicionário constituído por dois volumes, inicialmente, e, no decorrer das edições, por cinco? Como levar de um lado a outro esse dicionário? Como transportá-lo, manuseá-lo? Talvez possamos entender esse termo como possibilidade de um efeito de unidade, de homogeneidade reiterado, pois o domínio do português de Portugal sobre o português do Brasil, tendo em vista que é uma publicação portuguesa, pode ocorrer através da disposição desse dicionário português também aos brasileiros; talvez possamos compreender o termo portátil como algo não restrito somente ao domínio português, mas disponível aos falantes brasileiros, um dicionário que pode ser levado ao Brasil para que os sujeitos falantes que necessitarem consultar termos da Língua Portuguesa possam ter acesso a ele. Ele é, dessa forma, acessível para todos, seja em Portugal, seja no Brasil. Isso reitera o efeito de unidade, a homogeneidade, o domínio sobre o português brasileiro. Não há distinção entre as línguas – português de Portugal e português do Brasil – elas constituem uma só, uma unidade, “um acervo comum da língua” (AULETE, 1958, XXVIII). Dessa forma, produz-se o efeito de unidade linguística, uma tentativa de Portugal manter o Brasil sob seu domínio, não mais territorial, mas linguístico e também cultural.

A primeira edição brasileira do *DCA*, por sua vez, caracteriza-se pela apresentação das mudanças referentes ao português de Portugal e ao português do Brasil. Giacomini (2006:6) aponta que “nas definições das palavras, existem, em algumas, a marcação *brasileirismos*, o que mostra a imagem de que há diferença entre o PP<sup>13</sup> e o PB<sup>14</sup>”. Dessa forma, o diferente, a heterogeneidade da língua, a variante brasileira, emerge nessa produção no Brasil.

---

<sup>13</sup> Português de Portugal.

<sup>14</sup> Português do Brasil.

Essa heterogeneidade da língua (no nosso caso tomaremos como discursiva)<sup>15</sup>, embora ainda de forma sutil, está presente no dicionário. Vejamos:

*RD 4: preferências lusitanas em grafia, vocabulário, prosódia e construção, dentro do mesmo critério seguido no registro das predileções ou tendências brasileiras.*

Nota-se um movimento no sentido de diferenciar a Língua Portuguesa do Brasil da Língua Portuguesa de Portugal. Não há mais tanto espaço para as duas línguas coexistirem em um mesmo espaço, em um mesmo lugar, em um só dicionário. Seleciona-se, então, ou a escrita e a significação brasileiras ou portuguesas. Escolhe-se uma em detrimento da outra.

Além disso, nesse mesmo prefácio, encontramos outra indicação que explicita a diversidade que se busca ao produzir um dicionário no Brasil, embora seja considerada somente uma atualização de um instrumento linguístico português.

*RD 5: diferenças e até discrepâncias de emprego **aquém e além-mar***

*RD 6: diferenças de ordem geral ou específica, literária, formal ou familiar, **lusitana ou brasileira***

Observa-se, nesse discurso especificamente, que as tentativas do Brasil de tornar-se independente, também linguisticamente, estão cada vez mais presentes. Contudo, trata-se somente de tentativas de ter uma Língua Portuguesa brasileira totalmente independente da língua de Portugal, haja vista as tentativas de manutenção de acordos ortográficos que se tenta instaurar entre esses países.

*RD 7: **Patrimônio comum** dos povos que nela se expressam, a língua portuguesa sempre teve, nas sucessivas edições atualizadas deste dicionário, o índice mais elevado da sua lexicografia. (...) Cresceu assim em volume, informação e ciência, compôs um todo luso-brasileiro e tornou-se, como a própria língua, um valioso e comum acervo de duas pátrias.*

---

<sup>15</sup>Por heterogeneidade discursiva entendemos, conforme Orlandi (1994, 32), as noções de língua “que funcionam em uma identidade que chamaria dupla. Estamos diante de línguas que são consideradas as mesmas – as que se falam na América Latina e na Europa – porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países.”

Conforme podemos observar no RD 7, ao contrário do que se espera de um dicionário publicado no Brasil, ou seja, a inclusão das diferentes variedades, a unidade linguística continua sendo privilegiada. Toma-se a língua como *patrimônio comum* dos diferentes povos, mesmo que cada um dos países que tem a Língua Portuguesa por oficial seja constituído por diferenças. No caso do Brasil, como pensar em uma língua única se há muitas variedades linguísticas no próprio território? E como pensar em *um todo luso-brasileiro* se Brasil e Portugal são duas nações distintas, com línguas peculiares e culturas diferentes?

De acordo com o estudo de Giacomini (2006), a partir da primeira edição brasileira, pode-se observar que a Língua Portuguesa do Brasil começa a tomar forma distinta da Língua Portuguesa de Portugal. Realizando a leitura dos prefácios das edições brasileiras, encontramos algumas diferenças, embora ainda muito sutis.

*RD 8: Apresentar a obra, na sua disposição e contextura, sob o duplo ponto de vista brasileiro e português, isto é, interpretando como preferência de tal ou qual zona lingüística o uso – menor, maior ou exclusivo – de uma ou de muitas unidades do vocabulário hoje pertencente ao acervo comum da língua.*

A partir desse recorte, percebe-se que o diferente, a heterogeneidade da língua e a variante brasileira começam a ganhar espaço; emergem, aos poucos, nessa produção que se dá no Brasil. Conforme Orlandi (2005b), nesse período começam os deslocamentos de uma memória portuguesa para uma memória local, brasileira; a memória da língua começa a se gestar no Brasil, na prática linguística brasileira. Segundo a autora, é aí que desempenham papel fundamental os instrumentos linguísticos, pois “são eles que darão forma ao modo como a língua se institucionaliza e tem desenhada sua vida social” (cf. Ibid. 67). A publicação de instrumentos linguísticos constitui a representação da língua na sua relação com a sociedade e com as diferentes nações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A segunda metade do século XIX, no âmbito português e brasileiro, é marcada pelas discussões referentes à língua nacional do Brasil. Essa necessidade instaura-se após a independência política e econômica do Brasil, em 1822. Contudo, a partir das análises realizadas, ainda que breves, nota-se que Portugal mantém sobre o Brasil uma dominação pela língua. Essa dominação é feita a partir da publicação de gramáticas e de dicionários, que incluem brasileirismos.

É desse modo que os dicionários transformam-se em “objetos vivos”, conforme afirma Orlandi (2001: 8), pois a dominação linguística de Portugal sobre o Brasil é possível devido à existência dos instrumentos linguísticos na sociedade. São resultado das relações históricas entre sujeitos que se inscrevem em diferentes formações discursivas.

No presente caso, acreditamos que a formação discursiva em que se inscrevem os sujeitos produtores do dicionário é constituída pela contradição. Há posições-sujeito diferentes, uma corresponde ao discurso da unidade linguística, outra à diversidade linguística. Sendo assim, conforme as considerações que apresentamos sobre a noção de formação discursiva, podemos dizer que temos aí uma formação discursiva heterogênea, em que diferentes saberes estão inscritos e são veiculados, mas que se referem a uma mesma questão, qual seja, a discussão sobre a produção dicionarística brasileira vinculada à produção dicionarística portuguesa.

Nos prefácios das edições portuguesas, o sujeito constituído historicamente e atravessado pela ideologia assume uma função-autor na medida em que produz a unidade do seu discurso e, conseqüentemente, do texto.

Nos prefácios das edições brasileiras, em que a questão da diversidade da língua é colocada em destaque, reforçando a questão da fonética, da prosódia e da unidade do léxico, a subjetividade caracteriza-se pelo discurso do *mau sujeito*, pois, embora ainda inscrito na mesma formação discursiva, ele passa a questionar os saberes, rompendo, de certa forma, com o que vinha sendo estabelecido. Assim, entende-se que a diversidade da Língua Portuguesa é fruto da rejeição de saberes outros que vinham sendo inculcados pelo interdiscurso. Há desidentificação com as formas de subjetivar o léxico na nação

portuguesa, calcada na unidade, em busca de uma Língua Portuguesa que prime pela diversidade brasileira.

Entendemos que essa relação entre produção dicionarística brasileira e portuguesa não poderia ser diferente, pois o Brasil é povoado por índios, negros e europeus. As línguas desses povos autóctones e alóctones têm influência sobre a Língua Portuguesa instituída no Brasil como língua nacional. São as diferenças/alterações/mudanças linguísticas dos povos, relacionadas às iniciativas rumo à separação cultural e, conseqüentemente, linguística, no século XX, que tomam o lugar da unidade, tendo em vista que o movimento para uma língua autenticamente brasileira está cada vez mais em discussão nesse período. Sendo assim, há uma tentativa mais acentuada de atualização de um saber linguístico independente de Portugal.

Desse modo, observa-se que a Língua Portuguesa do Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal passam a ser diferentes. E, conforme explicita Orlandi (1994:31), “joga em nossa língua um fundo falso em que o ‘mesmo’ abriga um ‘outro’, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’”. Isso é o que configura a contradição na/pela língua. A Língua Portuguesa – o mesmo – parece ser a mesma em Portugal e no Brasil, mas não é, porque há “um outro” – a variedade brasileira no português de Portugal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1948.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli. Orlandi. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: UFSCar, 2009.

DIAS, Juciele Pereira. *O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FOUCAULT, Michel. (1969) *A Arqueologia do saber*. 6 ed. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. (1981) *A língua inatingível: do discurso na história da linguística*. 2. ed. Trad. Bethania Mariani e Maria de Mello. Campinas: RG, 2010.

GIACOMINI, Giovana I. O discurso do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de Caldas Aulete: de 1881 até a atualidade. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 4, n. 6, 2006.

HENRY, Paul. (1969) Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: UNICAMP, 1997.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MILNER, Jean-Claude. (1978) *O amor da língua*. Trad. Angela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

\_\_\_\_\_. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? In: *Série Estudos*. Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba (lingüística: questões e controvérsias), 1984.

\_\_\_\_\_. A língua brasileira. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Nº 23. Jan/jun de 1994.

\_\_\_\_\_. *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento Lingüístico: para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. In: *Cadernos de estudos Linguísticos*. Nº 42. Campinas, Jan./Jun. de 2002a.

\_\_\_\_\_. (2001). *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005a.

\_\_\_\_\_. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: GUIMARÃES, Eduardo; PAULA, Mirian Rose Brum de. *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005b.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Hacia el análisis automático del discurso*. Madrid: Gredos, 1975.

\_\_\_\_\_. (1977) Remontemos de Foucault à Spinoza. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In: MALDIDIER, Denise. *L'inquiétude du discours*. Paris: Cendres, 1990.

\_\_\_\_\_. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. (1984) Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. 3 ed. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: UNICAMP, 1997.

PETRI, Verli. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Ciro Martins*. Tese de Doutorado, 2004.

PFEIFFER, Claudia C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni (Org.) *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001.

VARGAS, Rejane Maria Arce. *Ponte para o devir: um trajeto por entre saberes discursivos*. Dissertação de Mestrado, 2008.